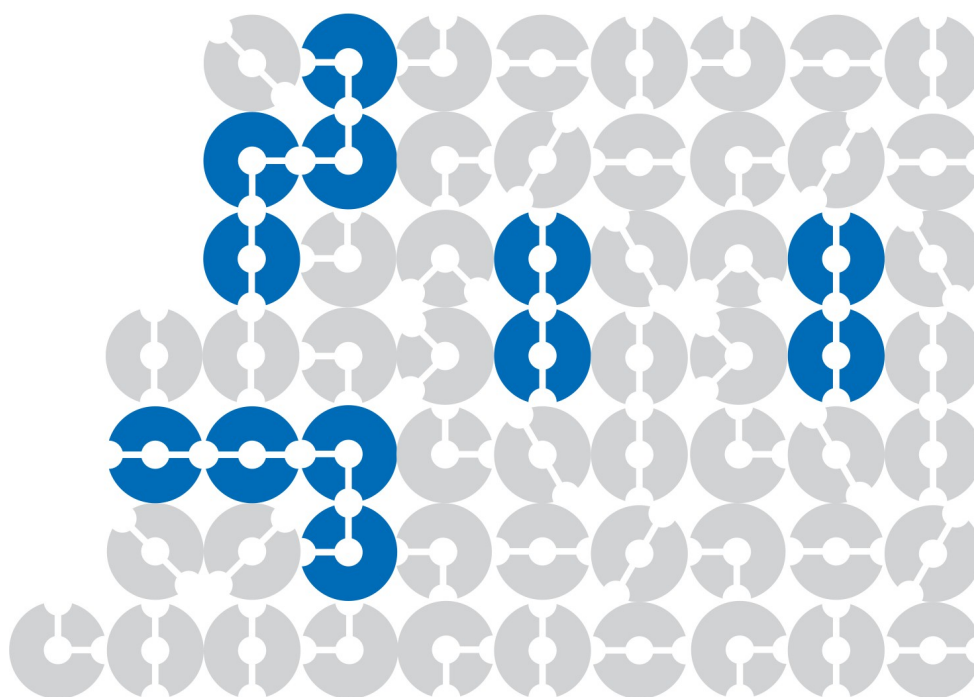




# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **3º TRIMESTRE DE 2017**

# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO 3º TRIMESTRE DE 2017**



## Sumário

Balço Patrimonial.....	5
Demonstraço do Resultado.....	6
Demonstraço do Resultado Abrangente.....	7
Demonstraço do Fluxo de Caixa.....	7
Demonstraço da Mutaço do Patrimônio Líquido.....	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	9
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	10
2.1 – Declaraço de conformidade com relaço às normas brasileiras de contabilidade.....	10
2.2 – Moeda Funcional e de Apresentaço.....	10
2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos.....	10
NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
4.1 – Bancos Conta Movimento:.....	11
4.2 – Fundo de Aplicaço Financeira:.....	11
NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA.....	11
NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES.....	11
6.1 – Perda Estimada em Créditos de Liquidaço Duvidosa (PECLD).....	12
NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	12
7.1 – IRPJ e CSLL a compensar.....	12
NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	12
NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS.....	12
NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	13
NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	13
NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	14
12.1 – Ativo Fiscal Diferido (AFD).....	14
12.2 – Passivo Fiscal Diferido (PFD).....	14
NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	15
NOTA 14 – IMOBILIZADO.....	15
14.1 – Movimentação do Imobilizado.....	15
14.2 – Movimentação da Depreciação.....	16
NOTA 15 – INTANGÍVEL.....	16
15.1 – Movimentação do Intangível.....	16
15.2 – Movimentação da Amortização.....	16
NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES.....	17
NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS.....	17
17.1 – Reconciliaço de Despesas de IRPJ e CSLL.....	17
NOTA 18 – FORNECEDORES.....	18
NOTA 19 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS.....	18
19.1 – Obrigações com Pessoal.....	19
NOTA 20 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR.....	19
NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	20
NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	20
NOTA 23 – RECEITA DIFERIDA.....	20
NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
24.1 – Capital Social.....	21

24.2 – Prejuízos Acumulados.....	21
NOTA 25 – RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	21
25.1 – Receita Bruta e Receita Líquida.....	21
25.2 – Composição dos gastos na DRE.....	22
NOTA 26 – DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS.....	23
26.1 – Plano de Previdência Complementar.....	23
26.2 – Auxílio-alimentação.....	23
26.3 – PAS/SERPRO e PAS-ODONTO/SERPRO.....	23
NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS.....	23
27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	23
NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	24
Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis.....	25
Anexo II – Legislação aplicável.....	26
Sumário de Siglas e Abreviaturas.....	27

## Balanco Patrimonial

Em milhares de R\$

ATIVO				PASSIVO			
	NE	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016		NE	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>729.928,5</b>	<b>621.382,6</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>787.172,8</b>	<b>805.023,6</b>
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	152.541,8	252.297,8	. Consignações	16	67.534,7	76.626,7
Bancos c/ Movimento		152.477,3	251.138,6	Previdência Social		20.265,2	14.317,5
Fundo de Aplicação Financeira		64,5	1.159,3	Pensão Alimentícia		20,6	19,3
. Ativos Financeiros	5	317,1	262,3	IRRF		11.961,0	14.298,9
Outros Investimentos Líquido		288,3	233,4	Demais Impostos Retidos		21.368,2	32.696,0
Correc. Monet. Compl. IPC/90		28,9	28,9	ISS		1.374,6	2.207,3
. Créditos a Receber		565.271,3	364.439,2	Plano de Previdência e Assist. Médica		7.789,4	8.300,0
Créditos a Receber de Clientes	6	470.097,3	134.725,3	Empréstimos, Financiamentos e Consignatários		4.755,7	4.787,7
Créditos Tributários	7	68.372,0	164.015,5	. Tributos e Encargos Sociais	17	126.296,9	94.545,5
Ressarcimento de Pessoal	8	25.506,9	64.406,8	. Depósitos Diversas Origens		528,8	977,5
Créditos Diversos a Receber		1.295,1	1.291,5	. Obrigações a Pagar		592.812,4	632.873,8
. Bens e Valores em Circulação		575,6	667,4	Fornecedores	18	217.239,4	307.999,9
. Valores Pendentes a Curto Prazo		11.222,6	3.715,8	Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	19	339.297,9	280.238,6
				Plano de Previdência Complementar		36.254,1	44.627,5
				Outras Obrigações		21,0	7,8
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.958.772,6</b>	<b>3.024.657,5</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.441.056,2</b>	<b>2.430.541,7</b>
. Realizável a Longo Prazo		2.423.715,2	2.416.622,8	Fornecedores		188,8	1.455,0
Depósitos Judiciais e Recursais	10	271.552,0	262.342,0	Obrigações Tributárias	21	78.203,3	91.232,7
Ressarcimento de Pessoal	11	1.611.776,5	1.636.108,0	Provisões Trabalhistas e Cíveis	22	1.716.582,7	1.754.564,2
Créditos Tributários	12	480.034,7	457.701,5	Plano de Previdência Complementar		643.826,9	579.397,3
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.246,8	60.366,2	Receita Diferida		1.758,5	3.396,3
Outros Ativos		105,1	105,1	Outras Obrigações		496,1	496,1
. Investimento		246,0	246,0	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>460.472,1</b>	<b>410.474,8</b>
Propriedade para Investimento		246,0	246,0	. Capital		1.061.004,8	1.061.004,8
. Imobilizado	14	465.920,0	492.621,8	. Reservas		138.214,2	138.214,2
Bens Imóveis		296.253,0	303.866,5	Reservas de Capital		-	-
Bens Móveis		169.667,0	188.755,3	Reservas de Reavaliação		138.214,2	138.214,2
. Intangível	15	68.891,5	115.166,9	Reservas de Lucros		-	-
Projetos e Softwares		68.891,5	115.166,9	. Outros Resultados Abrangentes		(479.197,8)	(479.133,2)
				. Lucros/Prejuízos Acumulados	24.2	(259.549,2)	(309.611,0)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.688.701,1</b>	<b>3.646.040,1</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.688.701,1</b>	<b>3.646.040,1</b>

## Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	NE	SETEMBRO/2017	SETEMBRO/2016
<b>RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>25.1</b>	<b>1.708.025,8</b>	<b>1.557.494,1</b>
Custo dos Serviços Prestados	<b>25.2</b>	<b>(839.955,1)</b>	<b>(820.382,3)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>868.070,7</b>	<b>737.111,8</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS (exceto resultado financeiro)</b>	<b>25.2</b>	<b>(745.188,2)</b>	<b>(804.232,8)</b>
Despesas com Pessoal e Benefícios		(579.455,7)	(616.196,8)
Depreciação e Amortização		(37.528,4)	(33.124,3)
Locação		(21.150,0)	(18.428,6)
Manutenção		(28.994,0)	(26.372,0)
Serviços de Comunicação		(1.220,6)	(6.928,7)
Serviços Profissionais e Contratados		(29.445,4)	(33.963,0)
Serviços Públicos		(12.256,1)	(11.194,1)
Resultado com Créditos a Receber		(3.017,7)	(5.997,8)
Despesas Tributárias Diversas		(2.853,6)	(3.130,8)
Materiais		(2.719,9)	(2.983,0)
Outras Despesas/Receitas		2.093,1	7.433,2
Resultado com Ações Judiciais		(28.639,9)	(53.346,9)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>122.882,5</b>	<b>(67.121,0)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>5.941,1</b>	<b>(14.203,0)</b>
Despesas Financeiras		(12.713,5)	(24.777,1)
Receitas Financeiras		18.654,6	10.574,1
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS DIFERIDOS</b>		<b>128.823,6</b>	<b>(81.324,0)</b>
<b>TRIBUTOS DIFERIDOS</b>		<b>391,6</b>	<b>1.426,8</b>
<b>RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>129.215,2</b>	<b>(79.897,2)</b>
<b>PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL</b>		<b>(36.560,6)</b>	<b>0,0</b>
<b>RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS</b>		<b>92.654,6</b>	<b>(79.897,2)</b>
<b>RESULTADO ATUARIAL DO EXERCÍCIO – BENEFÍCIO PÓS EMPREGO</b>		<b>(42.592,7)</b>	<b>0,0</b>
Receita/Despesa Atuarial do Exercício		(64.534,4)	0,0
IRPJ e CSLL sobre Receita/Despesas Atuarial		21.941,7	0,0
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>50.061,9</b>	<b>(79.897,2)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

HISTÓRICO	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2016
<b>Resultado líquido do Período</b>	<b>92.654,5</b>	<b>(79.897,2)</b>
<b>(+/-) Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(42.657,3)</b>	<b>(580,3)</b>
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(64,6)	(580,3)
Resultado Atuarial – Benefício pós-emprego	(64.534,4)	0,0
IR Diferido sobre Resultado Atuarial	16.133,6	0,0
CSLL Diferido sobre Resultado Atuarial	5.808,1	0,0
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>49.997,3</b>	<b>(80.477,5)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de reais

	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2016
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Clientes	1.603.721,3	1.507.245,8
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	124.559,1	298.678,8
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	229.266,5	205.928,3
Outros Recebimentos	39.221,5	17.769,8
Receita de Compensação Tributária	160.242,7	134.950,4
Rendimentos de Aplicações	67,9	25,3
Tributos e Encargos – inclusive compensação tributária	(441.410,6)	(411.175,6)
Pessoal e Encargos – inclusive compensação tributária	(1.373.049,6)	(1.394.561,8)
Sentenças Judiciais	(34.964,5)	(28.054,7)
Pagamentos a Fornecedores	(325.398,4)	(280.841,5)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(17.744,1)</b>	<b>49.964,8</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Imobilizado/ Intangível	(82.011,9)	(88.424,2)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<b>(82.011,9)</b>	<b>(88.424,2)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
<b>Dividendos/Juros s/ Capital Próprio</b>		
Dividendos pagos	0,0	0,0
Aporte de Capital	0,0	0,0
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(99.756,1)</b>	<b>(38.459,4)</b>
<b>Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>252.297,8</b>	<b>55.541,1</b>
<b>Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>152.541,8</b>	<b>17.081,7</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

Em milhares de reais

	Capital	Reserva de Reavalia�o	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrim�nio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>-245.138,6</b>	<b>-149.896,7</b>	<b>804.183,7</b>
<b>Lucros/Prejuízos Líquido</b>			<b>-79.897,2</b>		<b>-79.897,2</b>
Resultado das Atividades Empresariais			-79.897,2		-79.897,2
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				<b>-580,3</b>	<b>-580,3</b>
Ajustes Instrumentos Financeiros				-580,3	-580,3
<b>Resultado Abrangente Total</b>			<b>-79.897,2</b>	<b>-580,3</b>	<b>-80.477,5</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>-325.035,8</b>	<b>-150.477,0</b>	<b>723.706,2</b>

	Capital	Reserva de Reavalia�o	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrim�nio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>-309.611,0</b>	<b>-479.133,2</b>	<b>410.474,8</b>
<b>Lucros/Prejuízos Líquido</b>			<b>50.061,9</b>		<b>50.061,9</b>
Resultado das Atividades Empresariais			92.654,5		92.654,5
Despesa de Benefício pós-emprego			-64.534,4		-64.534,4
Tributos sobre despesas de benefícios pós-emprego			21.941,7		21.941,7
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				<b>-64,6</b>	<b>-64,6</b>
Ajustes Instrumentos Financeiros				-64,6	-64,6
<b>Resultado Abrangente Total</b>			<b>50.061,9</b>	<b>-64,6</b>	<b>49.997,3</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>-259.549,2</b>	<b>-479.197,8</b>	<b>460.472,1</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda – MF, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 13.303 de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e pelo Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de março de 2017, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. A sede da empresa localiza-se em Brasília-DF.

A empresa desenvolve soluções tecnológicas que viabilizam as ações estratégicas do Estado brasileiro e é líder no mercado de TI para o setor público. Possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência com os grandes sistemas da Administração Pública Federal. Além disso, oferece serviços especializados para os setores privado e público, baseados em informações de governo com oferta de produtos diversificados.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE, Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito) e Gestão de Margem Consignável.

O portfólio de soluções da empresa está estruturado em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo, quais sejam:

- **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

A partir do novo modelo empresarial, a visão do SERPRO é “ser líder em soluções digitais para governo e sociedade”, tendo como missão “conectar governo e sociedade com soluções digitais”.

## **NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

### **2.2 – Moeda Funcional e de Apresentação**

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

### **2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações, envolvendo estas estimativas, somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## **NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações. As demonstrações contábeis evidenciam as informações relevantes ocorridas no período, devendo ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis do último exercício encerrado.

**ATIVO****ATIVO CIRCULANTE****NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão assim discriminados:

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Bancos c/ Movimento	152.477,3	251.138,6
Fundo de Aplicação Financeira	64,5	1.159,3
<b>TOTAL</b>	<b>152.541,8</b>	<b>252.297,8</b>

**4.1 – Bancos Conta Movimento:**

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

**4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:**

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação, aplicadas no Banco do Brasil (FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum). Esses recursos são lastreadas em títulos públicos (Resolução CMN – Conselho Monetário Nacional nº 3.284/2005 alterada pela Resolução nº 4.034/2011 e legislação subsequente).

**NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA**

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Incentivos Fiscais: FINAM/ FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção Monetária Lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.576,6)	(9.631,5)
<b>TOTAL</b>	<b>317,1</b>	<b>262,3</b>

**NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES**

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 470,1 milhões (R\$ 134,7 milhões em 2016) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	A VENCER	VENCIDAS	TOTAL	% VENCIDAS
Créditos a Receber de Clientes	255.350,4	236.580,6	491.930,9	
PECLD	-	(21.833,6)	(21.833,6)	48,1%
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>255.350,4</b>	<b>214.746,9</b>	<b>470.097,3</b>	

## 6.1 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

É estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento, avaliado em R\$ 21,8 milhões até setembro de 2017 (R\$ 18,9 milhões em 2016). Os valores vencidos há mais de um ano compõem a PECLD.

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
SALDO INICIAL	18.895,2	5.676,2
CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO	2.938,5	13.218,9
<b>VALOR</b>	<b>21.833,6</b>	<b>18.895,1</b>

## NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 68,4 milhões (R\$ 164,0 milhões, em 2016), assim distribuídos:

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
IRPJ/CSLL a Compensar	66.240,5	161.890,5
PIS/PASEP/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7
Créditos Fiscais Diversos	587,9	581,3
<b>VALOR</b>	<b>68.372,1</b>	<b>164.015,5</b>

### 7.1 – IRPJ e CSLL a compensar

A redução do saldo de R\$ 161,9 milhões para R\$ 66,2 milhões refere-se às seguintes movimentações líquidas:

(1) retenções na fonte, efetuadas pelos clientes (Leis nº 9.430/1996 e nº 10.833/2003). Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior; e

(2) utilização do saldo, constituído em 2016, na compensação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

## NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.504 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no Ministério da Fazenda – MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos cessionários, reembolso dessas despesas. Trata-se de valores a receber, tendo por base notas de ressarcimento – NR enviadas aos órgãos cessionários, que totalizam R\$ 25,5 milhões (R\$ 64,4 milhões em 2016).

## NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de serviços de subscrição e suporte técnico de software e IPTU pagos, que serão apropriados no decorrer do exercício seguinte no valor de R\$ 11,2 milhões (R\$ 3,7 milhões em 2016).

## ATIVO NÃO CIRCULANTE

### NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

O saldo do grupo é de R\$ 271,5 milhões (R\$ 262,3 milhões em 2016), constituindo-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista.

As ações fiscais correspondem a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do Manual Normativo de Arquivos Digitais – MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,3 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, de modo que o valor se mantém depositado judicialmente até o julgamento final da ação (IN 787/2007).

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Depósitos Judiciais	227.113,16	221.198,44
Depósitos Recursais	38.088,26	34.792,99
Ações Fiscais e outras	6.350,58	6.350,58
<b>VALOR</b>	<b>271.552,0</b>	<b>262.342,0</b>

### NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O saldo de R\$ 1,6 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, assim compostos:

a) apropriação por competência (R\$ 47,8 milhões) são classificados no ativo não circulante até a emissão das nota de ressarcimento – NR;

b) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de pessoal serviço externo – PSE (R\$ 155,5 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

c) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas a PSE (R\$ 1,4 bilhão). Embora a União, por orientação da Advocacia-Geral da União, não possa reconhecer contabilmente a responsabilidade sobre essas provisões antes do trânsito em julgado dos processos, a expectativa de recebimento figura no balanço do SERPRO.

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
<b>(a) Apropriação por competência</b>	<b>47.815,9</b>	<b>37.338,8</b>
Férias	20.043,5	22.954,8
Licença-prêmio	14.664,7	14.384,0
13º Salário	11.206,3	-
Acordo Coletivo 2017/2018	1.901,4	-
<b>(b) Desembolsos com sentenças judiciais (PSE)</b>	<b>155.527,9</b>	<b>149.748,2</b>
Processo nº 2047/1989	121.172,5	120.820,2
Processo nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9
Outros Processos	5.427,4	-
<b>(c) Provisões trabalhistas PSE</b>	<b>1.409.147,1</b>	<b>1.449.021,1</b>
<b>TOTAL (a) + (b) + (c)</b>	<b>1.612.490,8</b>	<b>1.636.108,1</b>

## NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de R\$ 480,0 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 979,6 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 499,6 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Ativo Fiscal Diferido	979.627,4	970.851,5
Passivo Fiscal Diferido	499.592,7	513.149,9
<b>TOTAL</b>	<b>480.034,7</b>	<b>457.701,6</b>

### 12.1 – Ativo Fiscal Diferido (AFD)

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Provisões Trabalhistas e Cíveis	583.638,1	596.551,8
Benefícios pós-emprego – cálculo atuarial (PL e Passivo)	218.901,1	196.959,5
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	98.264,2	97.265,2
Licença–Prêmio	33.947,3	32.420,6
Plano de Previdência Complementar	9.757,7	12.450,3
Multas e juros	9.932,5	10.047,2
Provisão para perdas prováveis	3.256,1	3.226,6
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	21.930,3	21.930,3
<b>TOTAL</b>	<b>979.627,4</b>	<b>970.851,5</b>

A variação positiva do ativo fiscal diferido resultou, basicamente, do reconhecimento no exercício dos créditos fiscais sobre a apropriação mensal de despesas com benefícios pós-emprego, conforme parecer atuarial, que apresentou a posição passiva em 31 de dezembro de 2016 junto à Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC e das reduções das provisões trabalhistas e cíveis, decorrentes da revisão e execução de processos.

### 12.2 – Passivo Fiscal Diferido (PFD)

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
PFD sobre Processos Trabalhistas – PSE	479.110,0	492.667,2
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina	20.482,7	20.482,7
<b>TOTAL</b>	<b>499.592,7</b>	<b>513.149,9</b>

A movimentação negativa do passivo fiscal diferido deveu-se a redução da expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas ao PSE.

## NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Créditos a Receber de Clientes	267.178,8	267.178,8
PECLD	(267.178,8)	(267.178,8)
Créditos a Receber EFPC – LFTSC	60.243,3	60.243,3
Outros Créditos a Receber	3,5	122,9
<b>TOTAL</b>	<b>60.246,8</b>	<b>60.366,2</b>

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais, que contemplam a vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	ATIVO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Edifícios	141.122,9	(26.097,2)	115.025,7	114.614,3
Terrenos	67.029,7	-	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	2.613,6	-	2.613,6	2.539,1
Obras em andamento	26.730,8	-	26.730,8	57.762,4
Instalações	120.631,6	(53.207,2)	67.424,5	44.542,9
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.683,3	(933,3)	750,0	699,4
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens Móveis	817.933,6	(648.266,7)	169.667,0	188.755,3
	<b>1.196.955,3</b>	<b>(731.035,3)</b>	<b>465.920,0</b>	<b>492.621,8</b>

### 14.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SALDO EM DEZEMBRO 2016	ADIÇÕES	CONCLUSÃO DE OBRAS	ALIENAÇÕES	BAIXAS	SALDO EM SETEMBRO 2017
Edifícios	140.711,4	-	-	411,4	-	141.122,9
Terrenos	67.029,7	-	-	-	-	67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	82,8	-	(8,3)	-	2.613,6
Obras em andamento	57.762,4	152,0	-	(30.217,7)	(965,9)	26.730,8
Instalações	90.833,1	58,0	-	29.745,5	(5,0)	120.631,6
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.366,4	247,9	-	69,0	-	1.683,3
IPC/90	19.209,6	-	-	-	-	19.209,6
Bens Móveis	822.639,9	35.305,6	(39.911,1)	-	(100,7)	817.933,6
	<b>1.202.091,7</b>	<b>35.846,2</b>	<b>(39.911,1)</b>	<b>-</b>	<b>(1.071,6)</b>	<b>1.196.955,3</b>

## 14.2 – Movimentação da Depreciação

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SALDO EM DEZEMBRO 2016	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	ALIENAÇÕES	BAIXAS	SALDO EM SETEMBRO 2017
Edifícios	(26.097,2)	0,0	0,0	0,0	(26.097,2)
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Estudos e projetos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obras em andamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instalações	(46.290,2)	(6.917,0)	0,0	0,0	(53.207,2)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(667,0)	(266,3)	0,0	0,0	(933,3)
IPC/90	(2.531,0)	0,0	0,0	0,0	(2.531,0)
Bens Móveis	(633.884,5)	(54.264,9)	39.882,8	0,0	(648.266,7)
	<b>(709.469,9)</b>	<b>(61.448,2)</b>	<b>39.882,8</b>	-	<b>(731.035,3)</b>

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

### NOTA 15 – INTANGÍVEL

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São *software* de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	INTANGÍVEL	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Brasília	276.191,5	(239.934,0)	36.257,4	59.528,3
São Paulo	209.127,7	(178.761,9)	30.365,8	50.362,3
Sede	21.401,9	(20.966,3)	435,5	565,3
Rio de Janeiro	15.279,3	(14.810,4)	468,8	2.632,8
Outras	4.820,2	(3.456,2)	1.363,9	2.078,2
<b>TOTAL</b>	<b>526.820,5</b>	<b>(457.929,0)</b>	<b>68.891,5</b>	<b>115.166,9</b>



## 15.1 – Movimentação do Intangível

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SALDO EM DEZEMBRO 2016	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM SETEMBRO 2017
Brasília	275.808,2	383,2	-	276.191,5
São Paulo	208.356,6	771,1	-	209.127,7
Sede	21.384,2	395,7	(378,0)	21.401,9
Rio de Janeiro	15.134,1	145,2	-	15.279,3
Outras	4.820,2	-	-	4.820,2
<b>TOTAL</b>	<b>525.503,3</b>	<b>1.695,2</b>	<b>(378,0)</b>	<b>526.820,5</b>

## 15.2 – Movimentação da Amortização

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SALDO EM DEZEMBRO 2016	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM SETEMBRO 2017
Brasília	(216.279,9)	(24.032,1)	378,0	(239.934,0)
São Paulo	(157.994,3)	(20.767,6)	0,0	(178.761,9)
Sede	(20.818,9)	(147,4)	0,0	(20.966,3)
Rio de Janeiro	(12.501,3)	(2.309,1)	0,0	(14.810,4)
Outras	(2.742,0)	(714,3)	0,0	(3.456,2)
<b>TOTAL</b>	<b>-410.336,4</b>	<b>(47.970,6)</b>	<b>378,0</b>	<b>(457.929,0)</b>

## **PASSIVO**

### **PASSIVO CIRCULANTE**

#### **NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES**

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de tributos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 67,5 milhões (R\$ 76,6 milhões em 2016).

Em milhares de R\$

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SETEMBRO 2017</b>	<b>DEZEMBRO 2016</b>
Previdência Social	20.265,2	14.317,5
Pensão Alimentícia	20,6	19,3
IRRF	11.961,0	14.298,9
Tributos Federais Retidos	21.368,2	32.696,0
ISS	1.374,6	2.207,3
Plano de Previdência e Assistência Médica	7.789,4	8.300,0
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.755,7	4.787,7
<b>TOTAL</b>	<b>67.534,7</b>	<b>76.626,7</b>

#### **NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS**

Referem-se às obrigações a recolher, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em milhares de R\$

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SETEMBRO 2017</b>	<b>DEZEMBRO 2016</b>
ISS a Recolher	58.406,0	42.404,8
PIS-COFINS	46.843,0	28.262,5
INSS	13.428,2	15.800,6
FGTS	7.349,5	8.059,7
IPTU	218,1	0,0
Outros Tributos	52,1	17,9
<b>TOTAL</b>	<b>126.296,9</b>	<b>94.545,5</b>

Entre os exercícios de 2014 e 2017, foram efetuados acordos de parcelamento de débitos tributários, referentes ao ISS-SP e INSS patronal, cujos saldos restantes montam R\$ 90,4 milhões e R\$ 7,5 milhões, respectivamente. Os valores vincendos, classificados no passivo circulante, somam R\$ 30,2 milhões e R\$ 2,5 milhões na mesma ordem.

#### **17.1 – Reconciliação de Despesas de IRPJ e CSLL**

Foi diferido R\$ 22,3 milhões de despesa de IRPJ e CSLL, sendo R\$ 21,9 milhões relativos a provisões de despesa atuarial com benefícios pós-emprego estimada para o exercício de 2017, além de R\$ 0,4 milhões (R\$ 1,4 milhão em 2016) provenientes de diferenças temporárias registradas no período.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2016
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos tributos</b>	<b>128.823,6</b>	<b>(81.324,0)</b>
Despesa benefício pós-emprego do exercício	(64.534,4)	
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos tributos, ajustado</b>	<b>64.289,2</b>	
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas a 34%	(21.858,3)	-
Ajustes de despesas de IRPJ e CSLL		
Exclusões/(adições) temporárias	(22.333,3)	1.426,8
Provisão de acordo coletivo de trabalho	(11.049,3)	-
Compensação de Prejuízos fiscais	16.270,2	-
Incentivos Fiscais	1.329,4	-
Outras exclusões/(adições)	1.080,7	-
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	(36.560,7)	1.426,8
Despesa de IRPJ e CSLL Diferida	22.333,3	
<b>Resultado de Despesas IRPJ e CSLL, líquido de diferidos</b>	<b>(14.227,4)</b>	
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>22%</b>	-

## NOTA 18 – FORNECEDORES

Visando regularizar as dívidas vencidas, a empresa vem negociando parcelamento junto a fornecedores. O SERPRO tem cumprido suas obrigações financeiras decorrentes desses acordos de parcelamento de dívidas. Entretanto, está mantido quadro de aperto de liquidez, que não tem permitido honrar tempestivamente a totalidade dos compromissos mensais.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017		DEZEMBRO 2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
A Vencer	70.310,3		128.641,5	1.455,00
Vencidas	60.855,3		135.213,1	
Acordo de Parcelamento	86.073,8		44.145,2	
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>217.239,4</b>	-	<b>307.999,8</b>	<b>1.455,0</b>

## NOTA 19 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Pessoal a pagar	6.397,95	6.686,50
13º Salário	43.700,63	,00
Apropriação por competência ACT	35.002,67	,00
APA	6.668,83	21.905,67
Processo Trabalhista a Pagar	5.000,00	,00
Férias ( NE 19.1)	142.682,73	154.958,02
Licença Prêmio ( NE 19.1)	99.845,07	96.688,41
<b>TOTAL</b>	<b>339.297,9</b>	<b>280.238,6</b>

### 19.1 – Obrigações com Pessoal

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração. A apropriação das despesas ocorre mensalmente – NBC TG 33 (R2)).

No encerramento do exercício de 2016, estimou-se que 4,01% dos empregados gozam o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio, nos casos de conversão em pecúnia, de natureza indenizatória, não havendo incidência de impostos e encargos sociais. O percentual é revisto ao fim de cada exercício.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	PROVISÕES	ENCARGOS	ADIANTAMENTOS	SALDO
Férias	128.313,0	28.598,5	(14.228,8)	142.682,7
Licença Prêmio	98.858,3	986,7	0,0	99.845,1
13º Salário	65.813,0	15.700,9	(37.813,3)	43.700,6
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>292.984,4</b>	<b>45.286,2</b>	<b>(52.042,1)</b>	<b>286.228,4</b>

### NOTA 20 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR

Refere-se a saldo a pagar (R\$ 5,0 milhões) de execução de processo trabalhista anteriormente provisionado. O acordo efetuado pelo SERPRO previu a realização do pagamento em 10 parcelas, tendo sido pagas seis parcelas até o mês de setembro.

## PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O conjunto das obrigações, vincendas após 12 meses, alcança R\$ 78,2 milhões (R\$ 91,2 milhões em 2016), assim constituídas:

- (1) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 13,8 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito, classificadas no ativo não circulante;
- (2) INSS Patronal (R\$ 4,9 milhões), que resulta da renegociação pelo prazo de 60 meses, além de R\$ 2,5 milhões no circulante (nota 17);
- (3) ISS-SP sobre a receita (R\$ 59,5 milhões), que decorre de parcelamentos pelo prazo de 60 meses, além de R\$ 30,2 milhões no circulante (nota 17).

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,41	14.614,15
INSS Renegociado	4.904,28	8.155,56
ISS Renegociado	59.536,57	68.463,02
<b>TOTAL</b>	<b>78.203,3</b>	<b>91.232,7</b>

### NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)).

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre a norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da empresa.

No segundo trimestre de 2017, houve a ocorrência de evento com impacto na provisão trabalhista. Trata-se de processo trabalhista executado no valor de R\$ 10,7 milhões, provisionado em R\$ 20,6 milhões, gerando reversão ativa de R\$ 9,9 milhões.

No terceiro trimestre de 2017, foi realizada revisão dos valores de provisões trabalhistas e cíveis, atualizando o saldo do passivo para R\$ 1,7 bilhão.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
PROVISAO PARA INDENIZACOES TRABALHISTAS	1.716.331,70	1.754.267,03
PROVISAO PARA INDENIZACOES CÍVEIS	251,02	297,16
<b>TOTAL</b>	<b>1.716.582,7</b>	<b>1.754.564,2</b>

### NOTA 23 – RECEITA DIFERIDA

Trata-se de faturamento de 2014 no valor de R\$ 7,7 milhões, cuja realização da receita se dá de forma concomitante à da despesa de depreciação e amortização de investimentos em *hardware* e *software*, referentes à implantação de serviços. Desde janeiro de 2015, o *hardware* aplicado (R\$ 4,8 milhões) e o *software* (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciados (48 meses) e amortizados (36 meses), respectivamente. O mês de setembro encerra a 30ª parcela de cada.

## NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 24.1 – Capital Social

O capital social do SERPRO é de R\$ 1.061.004.829,23.

### 24.2 – Prejuízos Acumulados

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(309.611,0)
Resultado das atividades empresariais	92.654,5
Resultado atuarial do exercício (líquido de tributos)	(42.592,7)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>(259.549,2)</b>

## NOTA 25 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

No terceiro trimestre de 2017, a empresa apresentou lucro decorrente das atividades empresariais de R\$ 92,7 milhões (R\$ 79,9 milhões a título de prejuízo no mesmo período de 2016), tendo sido apurado o lucro líquido de R\$ 50,1 milhões, após o reconhecimento de despesas decorrentes de estudo atuarial.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2016
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.708.025,8</b>	<b>1.557.494,1</b>
Custo dos serviços prestados	(839.955,1)	(820.382,3)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(739.247,1)	(818.435,8)
Créditos tributários diferidos	391,6	1.426,8
Provisão para IRPJ e CSLL	(36.560,6)	-
<b>Resultado Líquido das Atividades Empresariais</b>	<b>92.654,6</b>	<b>(79.897,2)</b>
Despesa atuarial do exercício – benefício pós-emprego	(64.534,4)	-
Tributos diferidos sobre receita atuarial	21.941,7	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>50.061,9</b>	<b>(79.897,2)</b>

### 25.1 – Receita Bruta e Receita Líquida

Até setembro de 2017, a receita bruta alcançou R\$ 2,1 bilhões. Deduzindo-se tributos, descontos e vendas canceladas, a receita líquida é de R\$ 1,7 bilhão.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2016
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.094.666,6</b>	<b>1.896.176,0</b>
( - ) ISS	(102.604,1)	(92.654,9)
( - ) PIS / PASEP	(31.720,3)	(28.274,1)
( - ) COFINS	(146.122,4)	(130.250,2)
( - ) ICMS	(139,5)	(96,6)
( - ) INSS Patronal	(82.413,6)	(85.209,9)
( - ) Descontos Concedidos	(1.147,6)	(991,8)
( - ) Vendas Canceladas	(371,9)	(1.204,4)
( - ) Outras Deduções de Vendas	(22.121,3)	-
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.708.025,8</b>	<b>1.557.494,1</b>

## 25.2 – Composição dos gastos na DRE

São distribuídos entre custo do serviço prestado (CSP) e despesas operacionais.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SETEMBRO 2017			SETEMBRO 2016		
	CSP	DESPESAS	TOTAL	CSP	DESPESAS	TOTAL
Despesas de Pessoal	623.585,5	579.455,7	1.203.041,2	582.062,3	616.196,8	1.198.259,1
Depreciação/Amortização	71.512,4	37.528,4	109.040,8	70.635,7	33.124,3	103.760,0
Locação	35.181,3	21.150,0	56.331,3	39.961,4	18.428,6	58.389,9
Manutenção	64.290,4	28.994,0	93.284,4	59.981,6	26.372,1	86.353,6
Comunicação	35.406,3	1.220,6	36.626,9	53.882,5	6.928,7	60.811,2
Serviços Profissionais	19.433,8	29.445,4	48.879,2	22.943,9	33.963,0	56.906,9
Serviços Públicos	9.264,9	12.256,1	21.521,0	10.442,7	11.194,1	21.636,9
Créditos a Receber	-	3.017,7	3.017,7	-	5.997,8	5.997,8
Créditos Tributários	(20.009,5)	-	(20.009,5)	(20.765,9)	-	(20.765,9)
Desp. Tributárias	-	2.853,6	2.853,6	63,4	3.130,8	3.194,2
Materiais	6,2	2.719,9	2.726,1	17,0	2.983,0	3.000,0
Outras Despesas /Receitas	1.283,8	(2.093,1)	(809,4)	1.157,7	(7.433,2)	(6.275,5)
Judiciais	-	28.639,9	28.639,9	-	53.346,9	53.346,9
<b>TOTAL</b>	<b>839.955,1</b>	<b>745.188,2</b>	<b>1.585.143,3</b>	<b>820.382,3</b>	<b>804.232,8</b>	<b>1.624.615,1</b>

## **NOTA 26 – DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS**

### **26.1 – Plano de Previdência Complementar**

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo (SERPROS excluir duplicado) Fundo Multipatrocinado – SERPROS (Fundo Multipatrocinado excluir a duplicação), constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

Em 2016, o SERPRO contratou uma consultoria para a emissão de um parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões demonstraram um saldo de passivo de R\$ 579,3 milhões, além de estimar uma despesa de R\$ 86,0 milhões para o exercício 2017, distribuídos mensalmente. Dessa forma, até setembro de 2017, houve reconhecimento de R\$ 64,5 milhões.

### **26.2 – Auxílio-alimentação**

É concedido mensalmente aos empregados. Encontra-se vigente o – Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, cujo benefício foi fixado em R\$ 874,04 (R\$ 799,82 no período 2015/2016).

### **26.3 – PAS/SERPRO e PAS-ODONTO/SERPRO**

O Plano de Assistência à Saúde Programa de Assistência a Saúde dos Empregados do SERPRO – PAS (do SERPRO excluir duplicação) é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos empregados e ex empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. O Plano de Assistência a Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados.

## **NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS**

### **27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes**

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.516,54 e R\$ 32.468,39, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.121,64.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 35.349,49, com média de R\$ 15.509,48. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução – CGPAR nº 3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.



## NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03(R3)).

Maria da Glória Guimarães dos Santos

**Diretora-Presidente**

André de Cesero  
**Diretor de Relacionamento com  
Clientes**

Antônio de Pádua Ferreira Passos

**Diretor de Administração**

Izabel Cristina da Costa Freitas  
**Diretora de Governança e Gestão**

Antônio Luiz Fuschino  
**Diretor de Desenvolvimento**

Iran Martins Porto Junior  
**Diretor de Administração**

Carla Ribeiro Alves Marques  
**Contadora CRC – DF 015723/O-9**

**Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis**

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>	<u>CPC</u>	<u>IASB</u>
NBC TG 26(R3)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	ICPC 10	
NBC TG 27 (R3)	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30 R1	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24	Evento Subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25(R1)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IAS19
NBC TG 32(R2)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R3)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37(R4)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

**Anexo II – Legislação aplicável**

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto nº 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e estabelece novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais.
Decreto nº 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 787/2007	19/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar nº 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar nº 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto nº 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei nº 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei nº 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei nº 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei nº 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei nº 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei nº 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei nº 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei nº 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei nº 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei nº 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei nº 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei nº 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei nº 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei nº 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF nº 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

## Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT– Acordo Coletivo de Trabalho	LFTSC– Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
AFD– Ativo Fiscal Diferido	MANAD– Manual Normativo de Arquivos Digitais
AGU– Advocacia-Geral da União	MF– Ministério da Fazenda
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	MP– Ministério do Planejamento
BACEN– Banco Central do Brasil	MPDG– Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
BD– Benefício Definido	MPOG– Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
BRGAAP– Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	MPT– Ministério Público do Trabalho
CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	NBC TG– Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
CASSI– Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	NR– Nota de Ressarcimento
CD– Contribuição Definida	ORA– Outros Resultados Abrangentes
CFC– Conselho Federal de Contabilidade	PAS-ODONTO/SERPRO– Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
CGPAR– Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	PAS/SERPRO– Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO
CGU– Controladoria Geral da União	PASEP– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CMN– Conselho Monetário Nacional	PECLD– Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
COFINS– Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PFD– Passivo Fiscal Diferido
COJUR– Consultoria Jurídica	PGFN– Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CPC– Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PIS– Programa Integração Social
CSSL– Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	PLR– Participação nos Lucros e Resultados
CSP– Determinação do Custo dos Serviços Prestados	PS-I– Plano SERPRO I
CVM– Comissão de Valores Mobiliários	PS-II– Plano SERPRO II
DEC 1– Decisão. 1- Atos normativos	PSE– Pessoal Serviço Externo
DENATRAN– Departamento Nacional de Trânsito	R1– Alteração 1
DFC– Demonstração do Fluxo de Caixa	R2– Alteração 2
DRE– Demonstração do Resultado do Exercício	R3– Alteração 3
DVA– Demonstração do Valor Adicionado	Recitanet– Declaração do Imposto de Renda via Internet
EFPC– Entidade Fechada de Previdência Complementar	RFB– Secretaria da Receita Federal do Brasil
FAE– Fundo de Aplicação Extramercado Comum	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
FGTS– Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SERPRO– Serviço Federal de Processamento de Dados
FINAM– Fundo de Investimentos da Amazônia	SERPROS– SERPROS Fundo Multipatrocinado
FINOR– Fundo de Investimentos do Nordeste	SEST– Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FIPE– Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	SPED– Sistema Público de Escrituração Digital
ICMS– Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
IEA– Indenização Especial de Morte por Acidente	SIGEPE– Sistema de Gestão de Pessoas
INPC– Índice Nacional de Preços ao Consumidor	SISCOMEX– Sistema Integrado de Comércio Exterior
INSS– Instituto Nacional do Seguro Social	SPED– Sistema Público de Escrituração Digital
IPA– Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	STF– Supremo Tribunal Federal
IPC– Índice de Preços ao Consumidor	STN– Secretaria do Tesouro Nacional
IPTU– Imposto Predial e Territorial Urbano	TI– Tecnologia da Informação
IRPJ– Imposto Renda Pessoa Jurídica	TR– Taxa Referencial
ISS– Imposto sobre Serviços	TST– Tribunal Superior do Trabalho
ITG– Interpretação Técnica Geral	VT/SP– Vara do Trabalho de São Paulo